

Arqueologia das Ciências Humanas e Sociais Aplicadas

2



Anna Paula Lombardi
(Organizadora)

 **Atena**
Editora

Ano 2019

Anna Paula Lombardi

(Organizadora)

**Arqueologia das Ciências Humanas e Sociais
Aplicadas
2**

Atena Editora
2019

2019 by Atena Editora

Copyright © da Atena Editora

Editora Chefe: Profª Drª Antonella Carvalho de Oliveira

Diagramação e Edição de Arte: Geraldo Alves e Natália Sandrini

Revisão: Os autores

Conselho Editorial

- Prof. Dr. Alan Mario Zuffo – Universidade Federal de Mato Grosso do Sul
Prof. Dr. Álvaro Augusto de Borba Barreto – Universidade Federal de Pelotas
Prof. Dr. Antonio Carlos Frasson – Universidade Tecnológica Federal do Paraná
Prof. Dr. Antonio Isidro-Filho – Universidade de Brasília
Profª Drª Cristina Gaio – Universidade de Lisboa
Prof. Dr. Constantino Ribeiro de Oliveira Junior – Universidade Estadual de Ponta Grossa
Profª Drª Daiane Garabeli Trojan – Universidade Norte do Paraná
Prof. Dr. Darllan Collins da Cunha e Silva – Universidade Estadual Paulista
Profª Drª Deusilene Souza Vieira Dall’Acqua – Universidade Federal de Rondônia
Prof. Dr. Eloi Rufato Junior – Universidade Tecnológica Federal do Paraná
Prof. Dr. Fábio Steiner – Universidade Estadual de Mato Grosso do Sul
Prof. Dr. Gianfábio Pimentel Franco – Universidade Federal de Santa Maria
Prof. Dr. Gilmei Fleck – Universidade Estadual do Oeste do Paraná
Profª Drª Girlene Santos de Souza – Universidade Federal do Recôncavo da Bahia
Profª Drª Ivone Goulart Lopes – Istituto Internazionele delle Figlie de Maria Ausiliatrice
Profª Drª Juliane Sant’Ana Bento – Universidade Federal do Rio Grande do Sul
Prof. Dr. Julio Candido de Meirelles Junior – Universidade Federal Fluminense
Prof. Dr. Jorge González Aguilera – Universidade Federal de Mato Grosso do Sul
Profª Drª Lina Maria Gonçalves – Universidade Federal do Tocantins
Profª Drª Natiéli Piovesan – Instituto Federal do Rio Grande do Norte
Profª Drª Paola Andressa Scortegagna – Universidade Estadual de Ponta Grossa
Profª Drª Raissa Rachel Salustriano da Silva Matos – Universidade Federal do Maranhão
Prof. Dr. Ronilson Freitas de Souza – Universidade do Estado do Pará
Prof. Dr. Takeshy Tachizawa – Faculdade de Campo Limpo Paulista
Prof. Dr. Urandi João Rodrigues Junior – Universidade Federal do Oeste do Pará
Prof. Dr. Valdemar Antonio Paffaro Junior – Universidade Federal de Alfenas
Profª Drª Vanessa Bordin Viera – Universidade Federal de Campina Grande
Profª Drª Vanessa Lima Gonçalves – Universidade Estadual de Ponta Grossa
Prof. Dr. Willian Douglas Guilherme – Universidade Federal do Tocantins

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP) (eDOC BRASIL, Belo Horizonte/MG)

A772 Arqueologia das ciências humanas e sociais aplicadas 2 [recurso eletrônico] / Organizadora Anna Paula Lombardi. – Ponta Grossa (PR): Atena Editora, 2019. – (Arqueologia das Ciências Humanas e Sociais Aplicadas; v. 2)

Formato: PDF

Requisitos de sistema: Adobe Acrobat Reader

Modo de acesso: World Wide Web

Inclui bibliografia

ISBN 978-85-7247-050-6

DOI 10.22533/at.ed.506191601

1. Arquitetura e urbanismo. 2. Espaço urbano. 3. Patrimônio cultural. I. Lombardi, Anna Paula. II. Série.

CDD 720

Elaborado por Maurício Amormino Júnior – CRB6/2422

O conteúdo dos artigos e seus dados em sua forma, correção e confiabilidade são de responsabilidade exclusiva dos autores.

2019

Permitido o download da obra e o compartilhamento desde que sejam atribuídos créditos aos autores, mas sem a possibilidade de alterá-la de nenhuma forma ou utilizá-la para fins comerciais.

www.atenaeditora.com.br

APRESENTAÇÃO

A obra “Arqueologia das Ciências Humanas e Sociais Aplicadas” aborda uma série de livros de publicação da editora Atena. O volume 2, apresenta 24 capítulos sobre os aspectos relevantes do espaço urbano das cidades brasileiras apresentando uma diversidade de pressuposições. Os capítulos exibem a preocupação em relatar as particularidades de caráter social, econômico, político e cultural sob as diferentes perspectivas dos autores que disponibilizaram seus estudos nesta obra.

Os capítulos se dedicam a apresentar estudos atuais como as cidades inteligentes e o potencial para desenvolvimento urbano, o direito a cidade e a crise do capital, sustentabilidade nas cidades, as comunidades tradicionais e as suas distinções culturais no campo, representações sociais nas cidades e o Patrimônio histórico com significados normativos e sociais no espaço urbano.

Neste volume, os capítulos apresentam uma riqueza de detalhes e peculiaridades do espaço urbano e suas pressuposições. A importância desses estudos, estão evidenciados na formação em nível de graduação e pós-graduação de acadêmicos registrando um salto quantitativo e qualitativo nas últimas décadas corroborando com a relevância dos temas abordados.

Aos leitores desta obra, que ela possa inspirar a criação de novos e sublimes estudos, proporcionando discussões e propostas para um conhecimento significativo.

Anna Paula Lombardi

SUMÁRIO

CAPÍTULO 1	1
SMART CITIES NO BRASIL - REALIDADE OU AINDA SONHO?	
<i>Patrícia Pacheco Alves de Oliveira</i>	
<i>Hugo Bona de Carvalho</i>	
<i>Beatriz Natália Guedes Alcoforado Aguiar</i>	
DOI 10.22533/at.ed.5061916011	
CAPÍTULO 2	13
CITY MARKETING, TURISMO E IDENTIDADE: ENTRE A PERCEPÇÃO E A POTENCIALIZAÇÃO DOS ESPAÇOS DA VILA DE PARANAÍACABA	
<i>Fernanda Figueiredo D'Agostini</i>	
<i>Tania Cristina Bordon Miotto Silva</i>	
DOI 10.22533/at.ed.5061916012	
CAPÍTULO 3	24
O DIREITO À CIDADE NO PROJETO ORLA	
<i>Pedro Paulo de Miranda Araújo Soares</i>	
<i>Sandra Helena Ribeiro Cruz</i>	
DOI 10.22533/at.ed.5061916013	
CAPÍTULO 4	37
A CRISE DO CAPITAL E A NEGAÇÃO DO DIREITO À CIDADE	
<i>Rayssa Bernardino de Lacerda</i>	
<i>Maria de Lourdes Soares</i>	
<i>Edna Tânia Ferreira da Silva</i>	
DOI 10.22533/at.ed.5061916014	
CAPÍTULO 5	47
RELAÇÕES HUMANAS E SUSTENTABILIDADE SOCIAL: A REALIDADE DAS CIDADES	
<i>Elisangela Artmann Bortolini</i>	
DOI 10.22533/at.ed.5061916015	
CAPÍTULO 6	60
IMPACTOS TERRITORIAIS NA COMUNIDADE PESQUEIRA DE MANGUINHOS (SERRA/ES): UM ESTUDO DE CASO	
<i>Pauliane Gonçalves Moraes</i>	
DOI 10.22533/at.ed.5061916016	
CAPÍTULO 7	84
PRODUZIR CONVENCIONALMENTE OU INOVAR? O MAPA DA ACEITAÇÃO: A SUBJETIVIDADE EM JOGO - ESTUDO DE CASO DO ASSENTAMENTO ANDER RODOLFO HENRIQUE DIAMANTE D'OESTE PARANÁ	
<i>Andre Luiz de Souza</i>	
<i>Miguel Ângelo Lazzaretti</i>	
DOI 10.22533/at.ed.5061916017	

CAPÍTULO 897

POVOS INDÍGENAS E COMUNIDADES TRADICIONAIS: SINGULARIDADE DA EXISTÊNCIA E CONFLITOS COM O AGRONEGÓCIO

Anatália Daiane de Oliveira Ramos
Cristiano Apolucena Cabral
Eva Emilia Freire do Nascimento Azevedo
Edson Caetano

DOI 10.22533/at.ed.5061916018

CAPÍTULO 9 109

MESSIANISMO E CANGAÇO DESVENDADOS EM VERSO E PROSA

Dora Vianna Vasconcellos

DOI 10.22533/at.ed.5061916019

CAPÍTULO 10 120

NOS RASTOS DA FEIRA INTERNA E EXTERNA

Thiago Oliveira da Silva
Anderson Przybyszewski Silva

DOI 10.22533/at.ed.50619160110

CAPÍTULO 11 129

DA ILHA A METRÓPOLE: PARTICULARIDADES E CONSEQUÊNCIAS DE UM PERCURSO CERCADO DE PERSPECTIVAS, DESILUSÕES E DISTINTAS REPRESENTAÇÕES SOCIAIS

Clícia Danielly Barbosa Alcântara
David das Neves Aires
Maria Lúcia Dias Gaspar Garcia

DOI 10.22533/at.ed.50619160111

CAPÍTULO 12 140

CONTRADIÇÕES DO ESPAÇO SOCIAL: ESTUDO DAS REPRESENTAÇÕES CONTRÁRIAS À MINERAÇÃO DE OURO EM PARACATU, MG

Luís Fernando Silva Andrade
André Luiz de Paiva
Valderí de Castro Alcântara
Flávia Luciana Naves Mafra

DOI 10.22533/at.ed.50619160112

CAPÍTULO 13 159

O CENÁRIO HABITACIONAL E SUA REPERCUSSÃO NA VIDA DO IDOSO BRASILEIRO

Eleusy Natália Miguel
Simone Caldas Tavares Mafra

DOI 10.22533/at.ed.50619160113

CAPÍTULO 14 170

A JUDICIALIZAÇÃO DA QUESTÃO AGRÁRIA: QUILOMBO BOA VIDA MATA CAVALO

Elen Carolina Martins
Marluce Aparecida Souza e Silva

DOI 10.22533/at.ed.50619160114

CAPÍTULO 15..... 185

ESTRATÉGIAS DE PESQUISA DOCUMENTAL EM RUAS COMERCIAIS DE INTERESSE HISTÓRICO: O CASO DA AVENIDA DUQUE DE CAXIAS EM LONDRINA-PR

Eloisa R. Ribeiro Rodrigues

Elisa Roberta Zanon

Letícia Cabrera

DOI 10.22533/at.ed.50619160115

CAPÍTULO 16..... 202

O MERCADO IMOBILIÁRIO COMO DOCUMENTO: O CASO DO APARTAMENTO CONTEMPORÂNEO DO SÉCULO XXI NA CIDADE DE SÃO PAULO

Gabriela Tiemi Minagawa Yokota

Sandra Regina Casagrande de Moraes

DOI 10.22533/at.ed.50619160116

CAPÍTULO 17 221

BOA ESPERANÇA ONTEM E HOJE: A EVOLUÇÃO URBANA DA CIDADE A PARTIR DA CONSTRUÇÃO DA HIDRELÉTRICA DE FURNAS.

João Paulo Chagas Maia Vilela

Mauro Santoro Campello

DOI 10.22533/at.ed.50619160117

CAPÍTULO 18..... 237

IMAGEM E ARQUITETURA: DIÁLOGOS ENTRE IDENTIDADE E MEMÓRIA SOCIAL NAS PRODUÇÕES AUDIOVISUAIS EM PALMAS – TO

Thiago Henrique Omena

Bruna Coelho Alves Meneses

Estéfani Marx

Lourranny Parente Silva

DOI 10.22533/at.ed.50619160118

CAPÍTULO 19 253

INVENTÁRIO DO PATRIMÔNIO FERROVIÁRIO: DOCUMENTO E INSTRUMENTO DA POLÍTICA DE PRESERVAÇÃO

Claudiana Cruz dos Anjos

DOI 10.22533/at.ed.50619160119

CAPÍTULO 20 270

MOTIVOS PARA INVENTARIAR O INSTITUTO ESTADUAL DE EDUCAÇÃO ASSIS BRASIL – 1942, NA CIDADE DE PELOTAS/RS

Lisiê Kremer Cabral

Ana Lúcia Costa de Oliveiras

DOI 10.22533/at.ed.50619160120

CAPÍTULO 21..... 282

A RESSIGNIFICAÇÃO SOCIAL DO USO DO ESPAÇO PÚBLICO REVITALIZADO

Ana Estela Vaz Xavier

Marina Xavier Carpena

DOI 10.22533/at.ed.50619160121

CAPÍTULO 22 297

O PATRIMÔNIO URBANO E ARQUITETÔNICO DA PEQUENA CIDADE DO OESTE PAULISTA: DA PERCEPÇÃO DO LUGAR PRATICADO AO PROJETO DE INTERVENÇÃO

Hélio Hirao

Matheus Alcântara Silva Chaparim

DOI 10.22533/at.ed.50619160122

CAPÍTULO 23 308

AS FONTES DOCUMENTAIS PARA CONHECIMENTO E ENTENDIMENTO DA CIDADE: A LEITURA DA MORFOLOGIA URBANA DA RUA MARECHAL DEODORO ATRAVÉS DOS INSTRUMENTOS NORMATIVOS / LEGISLATIVOS - JUIZ DE FORA/MG

Daniel de Almeida Moratori

DOI 10.22533/at.ed.50619160123

CAPÍTULO 24 321

A VERTICALIZAÇÃO E ESPRAIAMENTO HORIZONTAL COMO RESULTADO DA ATUAL CONFIGURAÇÃO URBANA DA CIDADE DE TERESINA-PI

Giesse Monteiro Alves de Andrade

Gustavo Borges Vieira

DOI 10.22533/at.ed.50619160124

SOBRE A ORGANIZADORA 335

A CRISE DO CAPITAL E A NEGAÇÃO DO DIREITO À CIDADE

Rayssa Bernardino de Lacerda

Mestranda do Programa de Pós-Graduação em
Serviço Social da UFPB
João Pessoa- Paraíba

Maria de Lourdes Soares

Professora do Programa de Pós-Graduação em
Serviço Social da UFPB
João Pessoa- Paraíba

Edna Tânia Ferreira da Silva

Professora do Departamento de Serviço Social da
UFPB
João Pessoa- Paraíba

RESUMO: Diante do atual cenário de crise estrutural do capital, no qual vivenciamos um avanço de estratégias danosas do capital para a retomada da sua taxa de lucro, se faz necessário discutirmos os danos causados pelo mesmo ao meio urbano. Deste modo, à luz do materialismo histórico dialético, a fim de construirmos uma análise crítica e propositiva, analisamos, por meio de uma pesquisa bibliográfica, a Questão Urbana em tempos de crise estrutural do capital. Percebendo os grandes impactos negativos causados progressivamente às cidades, por causa da submissão das mesmas à lógica do capital. Que tem como resultado a negação do direito à cidade para a classe trabalhadora.

PALAVRAS-CHAVE: Crise do Capital; Questão

Urbana; Direito à Cidade.

ABSTRACT: In the face of the current scenario of structural capital crisis, in which we experience an advance of harmful strategies of capital for the recovery of its rate of profit, it is necessary to discuss the damages caused by it to the urban environment. Thus, in the light of dialectical historical materialism, in order to construct a critical and propositive analysis, we analyze, through a bibliographical research, the Urban Question in times of structural crisis of capital. Realizing the great negative impacts caused progressively to the cities, because of the submission of the same ones to the logic of the capital. That results in the denial of the right to the city for the working class.

KEYWORDS: Capital Crisis; Urban Issues; Right to the City.

1 | INTRODUÇÃO

O século XX revela para a humanidade uma gama de acontecimentos que colocam em evidência as contradições do modo de produção capitalista. Entre esses acontecimentos está a grande crise do capital dos anos de 1970 que abalou a estrutura do sistema como um todo, evocando do capital uma série de medidas para o restabelecimento da sua taxa de lucro.

O principal objetivo do capital sempre foi, e sempre será, a obtenção cada vez maior de lucros, subjugando a tudo e todos à sua lógica. Em períodos de crise, com a queda brusca das taxas de lucros, o capital precisa se reinventar, estabelecendo novas estratégias para sua recuperação.

É nesse contexto que o receituário neoliberal começa a ser implantado em vários países, a fim de reorganizar as economias diante do cenário de crise. Trazendo em seu bojo um pacote medidas regressivas, que deveriam ser implementadas visando o desmonte dos direitos conquistados, entre eles os direitos sociais e urbanos.

Assim sendo, o capital busca moldar o ambiente urbano às suas necessidades, transformando a cidade em um grande negócio e impondo dessa forma, ações que seguem o caminho contrário aos interesses e necessidades da maior parte da população, o que interfere diretamente na qualidade de vida no meio urbano.

Em razão disso, as cidades que são vistas como mercadoria no capitalismo, se apresentam como espaços divididos, fragmentados. Um lado da cidade bem estruturado, com todos os serviços e equipamentos necessários que garantem uma boa qualidade de vida para aqueles que podem pagar; e outro lado com pouca ou nenhuma infraestrutura para aqueles que não podem pagar, aos quais são negados o direito a uma boa qualidade de vida.

No Brasil, o declínio da política urbana dá-se no período das décadas perdidas, durante os anos de 1980 e 1990, período de estagnação econômica, marcado pelo desemprego, pela queda do consumo, pelo aumento da dívida externa e pelo declínio do Produto Interno Bruto (PIB). Tempos de crise marcados por intenso ajuste fiscal e pelo recuo dos investimentos em políticas públicas.

Nesse período a crise urbana é agudizada pela maior submissão da cidade aos interesses do capital, administrando o espaço urbano com vistas a obtenção cada vez maiores de lucros o capital acaba por reiterar a lógica de cidade fragmentadas.

Desta forma, o estudo aqui proposto, objetiva analisar a problemática urbana brasileira em tempos de crise estrutural do capital, e os rebatimentos da mesma na qualidade de vida no meio urbano.

A finalidade desta pesquisa é contextualizar a crise urbana, a partir de uma análise que visa a compreensão do processo histórico em torno das discussões que resultaram deste processo. Trata-se de uma pesquisa inicial de caráter bibliográfico que corresponde a um estudo em desenvolvimento sobre a questão urbana no Brasil.

2 | DESENVOLVIMENTO

A Crise do Capital

O sistema capitalista é extremamente dinâmico e expansível, contudo, o seu crescimento não é harmonioso ou estável, devido a sua natureza caótica de produção de mercadorias sob uma lógica competitiva. Assim sendo, as crises se tornam algo

inerente ao próprio sistema, não podendo haver capitalismo sem crises.

Por isso, o mundo capitalista após a década de 70 tem vivenciado um período marcado por uma série de recessões, como afirma Hobsbawm (1995, p. 393) “a história dos vinte anos após 1973 é a de um mundo que perdeu suas referências e resvalou para a instabilidade e a crise”.

Os grandes problemas sociais como pobreza e desemprego em massa, que o período da Era de Ouro havia em grande parte eliminado, segundo Hobsbawm (1995), reapareceram depois de 1973. E isso porque, o modo de produção capitalista tem vivenciado uma de suas maiores crises que se iniciou nos anos 70 do século XX com o fim do chamado “anos dourados” do capital e tem se estendido até os dias de hoje, através de crises menores que se tornaram episódicas.

Como afirma Netto e Braz (2006, p.214) a esse respeito, “A onda longa expansiva é substituída por uma onda longa recessiva: a partir daí e até os dias atuais, inverte-se o diagrama da dinâmica capitalista: agora, as crises voltam a ser dominantes, tornando-se episódicas as retomadas”.

Uma dessas crises menores episódicas, que faz parte dessa onda longa recessiva da economia capitalista, foi a crise que se iniciou em 2007 nos EUA, conhecida como a “crise das hipotecas *subprime*”, que rapidamente se alastrou arrastando o resto do mundo por uma rede financeira e comercial, gerando um grande colapso financeiro, do qual os países capitalistas têm lutado para se recuperar. Como afirma Harvey (2011, p.13),

Esta foi, sem dúvida, a mãe de todas as crises. No entanto, também deve ser vista como o auge de um padrão de crises financeiras que se tornaram mais frequentes e mais profundas ao longo dos anos, desde a última grande crise do capitalismo nos anos 1970 e início dos anos 1980.

Estamos assim, segundo Mota (2010), diante de uma crise estrutural do capital, de caráter global- devido à estrutura mundializada do capital-, e não setorial, por não se restringir a uma única área.

Diante desse contexto de grande recessão, o capital monopolista implementa várias estratégias para reverter essa conjuntura de queda da taxa de lucro. Uma delas é a ideologia neoliberal, que foi uma reação teórica e política contra o Estado intervencionista, que ganhou terreno após a crise do modelo econômico do pós-guerra, em 1973.

O neoliberalismo defende a diminuição da ação estatal no tocante a efetivação dos direitos sociais, suprimindo assim direitos e garantias sociais conquistados pela luta dos trabalhadores ao longo dos anos. Como defende Harvey a respeito do neoliberalismo,

Minha opinião é que se refere a um projeto de classe que surgiu na crise dos anos 1970. Mascarada por muita retórica sobre liberdade individual, autonomia, responsabilidade pessoal e as virtudes da privatização, livre-mercado e livre-

comércio, legitimou políticas draconianas destinadas a restaurar e consolidar o poder da classe capitalista.

Dessa forma, num contexto de crise onde a classe capitalista busca a retomada da sua estabilidade, com o apoio da autoridade de organismos financeiros internacionais como o Banco Mundial e o Fundo Monetário Internacional (FMI), e em conjunto com os grandes países capitalistas, levam ao triunfo a ideologia neoliberal nas décadas de crise.

É nesse contexto de crise mundial que, segundo Mota (2010, p.13), de forma ampliada se “expõe as contradições da dinâmica da acumulação, manifestando-se em diversas frentes: a financeira, a ambiental, a urbana e a do emprego, para falar das suas mais destacadas expressões”.

A Questão Urbana

Segundo Harvey (2011), houve centenas de crises financeiras ao redor do mundo desde os anos 70, sendo várias dessas baseadas em questões de desenvolvimento urbano. E isso porque no que diz respeito à questão urbana, a crise urbana existente tem se tornado cada vez mais aguda, devido a subordinação da cidade aos interesses do capital, como afirma Guerra *et al* (2012, p.197).

O espaço como produto da atividade humana e da relação homem-natureza faz parte do processo mais geral de reprodução da sociedade. Ao ter sua produção assentada nas necessidades impostas pelo desenvolvimento da acumulação capitalista, o espaço é também mercantilizado, tal como a cidade e a própria moradia, que são, destarte, concebidas como mercadorias necessárias à viabilização da produção, da circulação, distribuição e troca, condição para a realização do ciclo de acumulação do capital.

Dessa forma, a organização espacial se torna um produto necessário para o processo de acumulação, pois diante da necessidade de reprodução do capital, os espaços e lugares são criados sob a lógica de um modelo global de cidades com conteúdo específico neoliberal que vê a cidade como um negócio. Harvey (2011, p.137), a esse respeito declara que “[...] a produção do espaço em geral e da urbanização em particular tornou-se um grande negócio no capitalismo. É um dos principais meios de absorver o excesso de capital”.

Assim, é nesse contexto, que a cidade no capitalismo é moldada pelo capital, passando a ser vista como uma mercadoria, não atendendo assim, às necessidades da classe trabalhadora, se não por via mercado, sendo assim, o seu valor de uso suprimido pelo valor de troca, como afirma Maricato (2015, p.23).

A classe trabalhadora [...] quer da cidade, num primeiro momento, o valor de uso. Ela quer moradia e serviços públicos mais baratos e de melhor qualidade [...]. Os capitais que ganham com a produção e exploração do espaço urbano agem em

função do seu valor de troca. Para eles a cidade é mercadoria.

Assim, a perda da função social das cidades no capitalismo, tem feito com que o direito à cidade seja negado a muitos, por vivermos num mundo em que o direito à propriedade privada e a busca pela taxa de lucro superam todas as outras noções de direito, inclusive o direito à cidade.

O direito à cidade foi um termo desenvolvido pelo sociólogo francês Henri Lefebvre em seu livro de 1968, *Le droit à la ville*, que trabalha a noção de direito à cidade como o direito de não exclusão da classe trabalhadora das qualidades e benefícios da vida urbana. Contribuindo para essa questão Harvey (2013, p.47) afirma que o direito à cidade “[...] pode apenas ser formulado como um renovado e transformado direito à vida urbana”.

Em contrapartida, o que está associado ao capitalismo contemporâneo em crise é o crescimento das desigualdades sociais, concentração de pobreza e um profundo retrocesso na garantia do direito à cidade, pois as cidades se encontram sob a lógica do capital como cidades divididas, fragmentadas, marcadas por questões estruturais de moradia, mobilidade, saneamento, entre outros.

Visto que hoje, a cidade centrada no mercado é o foco e nela imperam novos métodos de produção e novas formas de segregação e exclusão, a cidade não é democrática e reproduz uma ausência de participação coletiva na sua formação e no usufruto das riquezas nela produzida, por aqueles que foram excluídos do desenvolvimento econômico, por aqueles que foram deslocados das áreas centrais e jogados para as periferias. Como afirma Harvey (2013, p.50), “as chamadas cidades ‘globais’ do capitalismo avançado são divididas socialmente entre as elites financeiras e as grandes porções de trabalhadores de baixa renda, que por sua vez se fundem aos marginalizados e desempregados”.

Desse modo, como declara Rodrigues (2014, p.12) “O acesso a moradia se dá por via mercado. Quando o mercado coordena um direito fundamental, aí temos um problema. Gera cidades paralelas”, um lado da cidade bem estruturado para aqueles que podem pagar, e o outro lado, ao qual o direito à cidade é negado, com pouca ou nenhuma estrutura. Como atesta Guerra *et al.* (2012),

Na cidade, vale a lei do mercado! Aqueles cujos rendimentos permitem, vivem em lugares mais bem equipados, de fácil acesso, com níveis de conforto. Os pobres são relegados à própria sorte. Quando não dormem nas ruas, em lugares perigosos, vivem em áreas distantes dos centros urbanos e com pouca ou nenhuma infraestrutura (p.202).

Esse é um fenômeno observado nos países centrais do capitalismo e mais especialmente nos países periféricos, onde o capital também tem dividido as cidades, empurrando para as periferias a população de baixa renda. Como afirma Rolnik (2002), a respeito da realidade brasileira,

Uma característica comum a todas as cidades brasileiras, independentemente de sua região, história, economia ou tamanho, é o fato de cada uma delas apresentar um contraste muito claro entre uma parte da cidade que possui alguma condição de urbanidade, uma porção pavimentada, ajardinada, arborizada, com infra-estrutura completa [...] e outra parte, normalmente de duas a três vezes maior do que a primeira, cuja infra-estrutura é incompleta, o urbanismo inexistente, que se aproxima muito mais da ideia de um acampamento do que propriamente de uma cidade (p.54).

Esses problemas urbanos refletem sobre a questão da moradia no país, que acumula um grande *déficit* habitacional ao longo da história, fruto da concentração de renda e das desigualdades sociais, afetando a população de baixa renda, que é atingida pela falta de acesso a uma moradia digna.

Por isso, Davis (2006) afirma que o rápido crescimento urbano no contexto do ajuste estrutural, da desvalorização da moeda e da redução do Estado foi a receita inevitável para a produção em massa de favelas declarando que “pode haver mais de 250 mil favelas na Terra” (p.199).

No tocante a mobilidade urbana, o que se percebe é que o transporte público, único meio de transporte de possível acesso à população de baixa renda, é marcado pela precariedade, devido as frotas insuficientes de ônibus para atender toda a demanda, e a qualidade desses transportes, que se encontram muitas vezes em péssimas condições devido à falta de investimento na manutenção dos mesmos. Como afirma Maricato (2015, p.42) “após muitos anos de ausência de investimentos nos transportes coletivos [...], a condição de mobilidade nas cidades tornou-se um dos maiores problemas sociais e urbanos”.

O transporte, assim como toda a cidade, é ordenado segundo os interesses do capital, que segundo o Movimento Passe Livre (MPL) “coloca catracas em todos os caminhos da cidade” (2013, p.22), ficando assim, a população impedida de vivenciar a cidade, devido aos altos valores das passagens, pois muitos trabalhadores só dispõem de dinheiro para realizarem o trajeto casa e trabalho.

Aliado a esses fatores, soma-se o problema da violência urbana e a falta de infraestrutura urbana em várias regiões do país, fruto do crescimento urbano desordenado, que ocasiona graves problemas ambientais e de saúde pública.

Desse modo, à classe trabalhadora é destinada uma parte da cidade em que faltam serviços e bens públicos essenciais, capazes de interferir na melhoria das condições de vida de seus moradores. Como afirma Guerra (2014, p. 261), “[...] há, de fato, um verdadeiro descompasso entre os níveis alcançados pela produção social de riqueza e o nível de infraestrutura e de serviços implantados em grandes extensões de nossas cidades e metrópoles”.

Portanto, num contexto de crise com a perspectiva de ajuste do Estado para garantir a inserção da economia brasileira na nova ordem mundial, em detrimento da perspectiva de democratização com a ampliação de direitos sociais, constata-se um aprofundamento da crise urbana e o agravamento das desigualdades socioespaciais, que tem como resultado a negação do direito à cidade a muitos.

Os determinantes para essa realidade são o capital imobiliário, a indústria e o poder público, forças que decidem como a cidade vai ser e onde grande parte da população vai morar. Devido à alta especulação imobiliária, em geral, a população de baixa renda só tem a possibilidade de ocupar terras periféricas (terras baratas, por não possuírem infraestrutura) ou ocupar áreas ambientais, que não poderiam ser urbanizadas.

As intervenções mais recentes do Estado seguem a lógica do ajuste, com o objetivo de beneficiar o capital, em detrimento das necessidades de amplos setores da população urbana que a muito tempo sonham com o direito à cidade. Exemplos emblemáticos disso são observados na história recente das políticas urbanas como a construção de aeroportos, a reestruturação de portos, a urbanização de favelas em localizações consideradas estratégicas; custos esses necessários à acumulação de capital.

Como firma Gerra (2014) a esse respeito,

Mais recentemente, nas principais cidades brasileiras, são realizadas remodelações e renovações urbanas ligadas à preparação de nossas cidades para sediar megaeventos (jogos olímpicos, copa das confederações, copa do mundo de futebol, etc.). Essas intervenções urbanas seguem a mesma tendência observada em outros países, em contextos similares: desalojamento de segmentos da classe trabalhadora, com expulsões, muitas vezes, violentas, para dar vazão ao frenesi de reconstrução e de modernização e adaptação dos espaços urbanos às novas necessidades do capital (p.262).

Por isso, como bem observa Souza (2010), o Estado, que é uma esfera a favor das classes dominantes desde a sua origem, sempre será uma instancia em desfavor dos trabalhadores. Derrubando assim, concepções ingênuas que o veem como arbitro entre as classes, juiz neutro, representante do interesse nacional.

Assim, o que se percebe é que o capital, na busca em tempos de crise pelo restabelecimento da taxa de lucro, impele o Estado a investir somente naquilo que considera rentável. Um exemplo disso foi a aprovação da PEC 241, conhecida como a PEC dos gastos, que vem diminuir drasticamente os investimentos em políticas sociais e em desenvolvimento urbano.

O capital vem assim, moldar as cidades aos seus interesses, negando a classe trabalhadora uma boa qualidade de vida no espaço urbano. Como defende Oliveira (2013),

Ora, o processo de crescimento das cidades brasileiras- para falar apenas do nosso universo- não pode ser entendido senão dentro de um marco teórico onde as necessidades da acumulação impõem um crescimento dos serviços horizontalizados, cuja forma aparente é o caos das cidades. Aqui, uma vez mais é preciso não confundir “anarquia” com caos; o “anárquico” do crescimento urbano não é caótico em relação as necessidades da acumulação (p.59).

Dessa forma, percebe-se que a crise urbana que assola o país é resultado direto

da submissão das cidades aos interesses de acumulação do capital, em crise. Essa submissão produz cidades divididas, fragmentadas, com regiões bem equipadas e desenvolvidas de um lado, e regiões com desenvolvimento precário- com pouca ou nenhuma infraestrutura- de outro.

À essas regiões periféricas são destinadas aqueles que não podem pagar por um pedaço de terra urbana. Para essa parcela da população o direito à cidade é negado, pela dificuldade de acesso àquilo que a cidade tem a oferecer.

3 | CONSIDERAÇÕES FINAIS

Desse modo, não é permitido ignorar a catástrofe urbana que jaz à porta. A necessidade de reforma urbana salta aos olhos quando se constata as condições de vida da maior parte dos trabalhadores, que sofrem devido à falta de infraestrutura urbana, de moradias dignas, de transporte público. Quando se considera os altos índices de violência, ou os grandes sacrifícios enfrentados pelas famílias de baixa renda para que os seus filhos consigam ter acesso a equipamento sociais de educação e saúde.

Assim sendo, é inegável a dimensão urbana da crise estrutural do capital, que atinge todo o globo nos dias atuais, e em especial o Brasil, pois as cidades brasileiras apresentam graves problemas de urbanização que foram agravados ao longo do tempo, por causa da falta de planejamento, controle no uso e ocupação do solo, e de reforma fundiária.

A ausência de políticas de habitação social e de infraestrutura urbana capazes de responder às necessidades postas pela expansão urbana instalou nas cidades brasileiras uma situação de barbárie. Agora cabe indagarmo-nos sobre a possibilidade de construirmos formas de resistência, para a construção de modalidades opostas de urbanização, centradas nas necessidades humanas e não nas de acumulação do capital.

Temos no Brasil leis, planos, conhecimento técnico, mas, além disso, é imprescindível que se lute para que os direitos básicos que foram conquistados no aparato legal urbanístico brasileiro sejam observados, é necessário que as ruas sejam tomadas por uma nova geração com energia para lutar contra essa barbárie, com energia para lutar por cidades mais justas.

Precisamos lutar contra essa dramática e perigosa lógica do capital de governar as cidades, lutar para o estabelecimento de uma forma metabólica entre o homem e a natureza, que coloque as necessidades dos homens como prioridade. Para que dessa forma seja garantida a toda a população o direito à cidade.

REFERÊNCIAS

- DAVIS, Mike. **Planeta de Favelas, a involução urbana e o proletariado informal**. São Paulo: Boitempo, 2006.
- GUERRA, E. C. et al. **A questão urbana e a produção acadêmica do serviço social brasileiro em foco**. *Temporalis*, Brasília (DF), ano 12, n.24, p.191-214, jul./dez. 2012.
- GUERRA, Eliane Costa. (2013). **Questão Urbana e Ambiental em Tempos de Crise do Capital: configurações e particularidades no Brasil contemporâneo**. *Revista de Políticas Públicas*, São Luís, Número Especial, p. 257-267 julho de 2014.
- HARVEY, David. A liberdade da cidade. IN: VAINER, Carlos (Org.). **Cidades Rebeldes: Passe Livre e as manifestações que tomaram as ruas do Brasil**. 1. ed. São Paulo: Boitempo: Carta Maior, 2013.
- _____. **A produção capitalista do espaço**. Tradução Carlos Szlak. São Paulo: Annablume, 2005.
- _____. **O direito à Cidade**. *Lutas Sociais*, São Paulo, n.29, p.73-89, jul./dez. 2012.
- _____. **O Enigma do Capital: e as crises do capitalismo**. 1 ed. São Paulo: Boitempo, 2011.
- HOBBSBAWM, Eric. **Era dos Extremos: o breve século XX (1914-1991)**. 2 ed. São Paulo: Companhia das Letras, 1995.
- MANDEL, Ernest. **O capitalismo tardio**. 2 ed. São Paulo: Nova Cultura, 1985.
- MARICATO, Ermínia. *O direito à cidade depende da democratização do uso e a ocupação do solo*. Disponível em: <<https://erminiamaricato.net/2014/04/08/o-direito-a-cidade-depende-da-democratizacao-do-uso-e-a-ocupacao-do-solo/>>. Acesso em 17 de jul. de 2017.
- _____. **O Impasse da Política Urbana no Brasil**. Rio de Janeiro: Vozes, 2011.
- _____. **Para Entender a Crise Urbana**. 1ed. São Paulo: Expressão Popular, 2015.
- MOTA, Ana Elizabete. Redução da Pobreza e Aumento da Desigualdade: um desafio teórico-político ao Serviço Social brasileiro. IN: _____. (Org.). **As ideologias da contrarreforma e o serviço social**. Recife: Editora Universitária UFPE, 2010.
- NETTO, José Paulo; BRAZ, Marcelo. **Economia Política: uma introdução crítica**. São Paulo: Cortez, 2006, v.1.
- OHCHR. **Declaração universal dos direitos humanos**. Disponível em: <http://www.ohchr.org/EN/UDHR/Documents/UDHR_Translations/por.pdf>. Acesso em 17 de novembro de 2015.
- OLIVEIRA, Francisco de. **A economia brasileira: crítica à razão dualista**. Petrópolis, Rio de Janeiro, Editora Vozes, 1987.
- RODRIGUES, Anai Atantes. **Moradia Popular: a cidade em disputa**: depoimento. [julho, 2014]. São Paulo: Revista Caros Amigos. Entrevista concedida a Roney Rodrigues.
- ROLNIK, Raquel. É possível política urbana contra a exclusão? **Serviço Social & Sociedade**, São Paulo: Editora Cortez, v. 72, p. 53-61, 2002.
- _____. **Relatora da ONU fala sobre política habitacional do Brasil**. Disponível em: <<https://raquelrolnik.wordpress.com/2009/04/30/relatora-da-onu-se-pronuncia-sobre-politica-habitacional-do-brasil/>>. Acesso em 09 de julho de 2017.

SOUZA, Jamerson Murilo Anuniação de. Estado e sociedade civil no pensamento de Marx. **Revista Serviço Social e Sociedade**, São Paulo, nº 101, 2010.

SPOSITO, M. E. B. **Capitalismo e Urbanização**. 10 ed. São Paulo: Contexto, 2000.

Agência Brasileira do ISBN
ISBN 978-85-7247-050-6

